

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIV - Nº 280 - DE 20 DE ABRIL A 1º DE MAIO DE 2004 - R\$ 1,50

**Lula/PT: Cadê os 10 milhões de empregos?**

**Chega de demissão! Emprego para todos!**

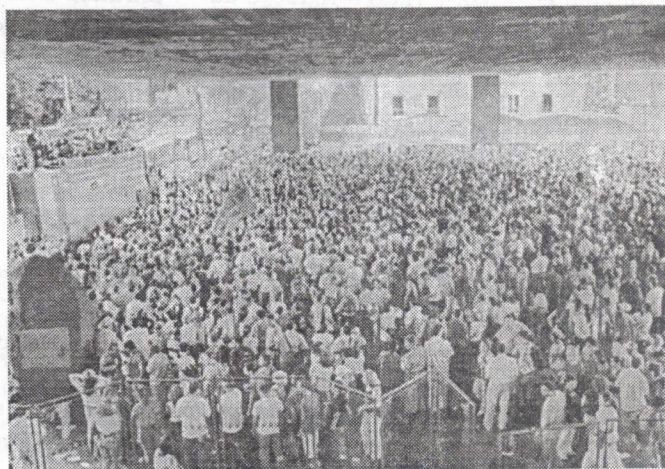
**ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO**

**(divisão de todo o trabalho disponível  
entre os que possam trabalhar)**

**Unir empregados e desempregados numa só luta!**



**MST retoma ocupações e  
pressiona governo do PT/Lula**



**Professores-SP: Só a greve  
pode derrotar o governo**

**Que grêmio é preciso os estudantes construírem?**

**Resistência no Iraque: Fora as tropas do imperialismo!**



**28 anos do golpe militar na Argentina:**

**A ditadura de ontem e a democracia de hoje  
são expressões da ditadura de classe burguesa**

# A burguesia não tem saída para a crise. Pretende descarregá-la sobre as massas

O governo Lula tem recebido índices de popularidade cada vez menores. Esses índices expressam a crise política em que se encontra imerso e falta de ação diante do agravamento da crise econômica.

O governo do PT/Lula foi eleito com o apoio da maioria das frações burguesas. Constituiu-se justamente como elemento de freio às tendências centrífugas e à desagregação da base de sustentação do governo anterior. Foi levado à direção do Estado sob o aval do imperialismo e comprometido com essas frações burguesas. Passado um ano de governo, porém, retoma-se o processo de divisão do governo anterior. A política econômica aplicada, que segue rigidamente a orientação dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.) tem levado à retração da maior parte dos setores produtivos. Os únicos que crescem são aqueles voltados à exportação (destacam-se o agronegócio e o têxtil), favorecidos pela alta do dólar. Essa orientação divide a burguesia, que pretende uma amenização da

política econômica que permita investimento interno e assim atenuar a crise. Toda a crise do governo gira ao redor dessa divisão interburguesa, que ganha incrementos pela proximidade das eleições e pelas necessidades de parasitismo orçamentário dos parlamentares.

O imperialismo começou a se pronunciar, exigindo o fim da polêmica ao redor do caso Waldomiro Diniz, que paralisa o governo. O capital internacional quer que se dê prosseguimento às reformas neoliberais, destacando-se a trabalhista, que permite ampliar a superexploração do trabalho. O governo pediu ao FMI que fosse mais flexível em relação à meta de superávit acertada, de forma a que pudesse obter uma margem para investimento em infraestrutura e amenizasse as tendências recessivas na economia interna. Mas o organismo do imperialismo se mantém irredutível.

É importante destacar que as duas variantes da política econômica vigente levarão o país à insolvência. Nenhuma

fração burguesa é capaz de apresentar uma saída para a crise capitalista. A preservação da atual política econômica já provou que amplia a dívida. A redução das taxas de juros e o crescimento da inflação levarão à mesma insolvência.

As direções sindicais se colocam sob a direção das duas correntes burguesas: uma ala segue a linha da burguesia descontente e a outra repete as palavras dos ministros do governo. Tanto num caso quanto no outro, o peso da crise será despejado sobre os assalariados.

As massas não podem seguir nem uma nem a outra. A independência de classe exige que se organize a luta pelas reivindicações das massas, que se chocam contra as duas frações da burguesia. O combate à colaboração das direções permite ajudar as massas a se porem em luta para defender suas condições de vida e trabalho, e assim caminharem em direção à revolução proletária, destruição do capitalismo e construção do socialismo.

## Salário Mínimo: Rechaçemos o decreto da fome

22 milhões de trabalhadores recebem um a menos de um salário mínimo

28 milhões de aposentados só contam com o salário mínimo

45% da força de trabalho no Nordeste vivem com até um salário mínimo

São milhões de desempregados e outros milhões de subempregados

58 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza

E 23 milhões que nunca puderam colocar sapatos nos pés

Esse é um pequeno retrato das condições da maioria do povo brasileiro. Foi essa população que depositou confiança de mudança com o governo PT/Lula. O voto dos analfabetos, dos sem-terra, dos desempregados, dos aposentados e dos famintos foi na promessa dos 10 milhões de empregos, no fim da fome e na reforma agrária. Os empregos não vieram, a reforma agrária já custou a morte de 73 camponeses e a fome se alastra por todos os lados. Chegamos quase no final de abril e até agora o governo não anunciou o novo valor do salário mínimo.

Os argumentos do governo do PT são os mesmos de FHC e de outros que por aí passaram: o reajuste do salário mínimo acima da inflação quebra o orçamento. Chega ao ponto de dizer que elevar de 240 reais para 270 significa um "gasto de 1,56 bi-

lhão de reais. O que comporta o Orçamento é fixar o salário mínimo em 259 reais. Os partidos da base aliada voltam na tecla dos 100 dólares, que representam 280 reais. Aqui está a verdadeira face do reformismo petista, que é o da legalização da fome.

A burocracia da CUT lançou a campanha do salário mínimo de 300 reais. O PT já respondeu que isso custaria 5,8 bilhões a mais do que está previsto no tal do Orçamento. E a CUT sequer fará uma intensa campanha pelos minguados 300 reais. Ao contrário, fará o dia 1º de maio, dia de protesto, um festão na Avenida Paulista. Ainda mais: convidou Lula para discursar e fazer proselitismo em torno da miséria do povo.

Os trabalhadores e a juventude, que amargam o desemprego e o salário de fome, devem rechaçar a política do governo PT/Lula, que é de proteção dos banqueiros, latifundiários e dos grandes empresários e de manutenção da miséria para a maioria do povo. É o governo que favorece o saque das riquezas nacionais por meio do superávit primário, das multinacionais e da especulação financeira.

Não aceitemos o salário mínimo de fome. Lutemos por um salário mínimo real calculado pelas assembleias sindicais e populares. Desde já o Partido Operário Revolucionário defende um salário mínimo de R\$2500,00.

# Denúncias

## PCdoB mostra o quanto está podre

O comparecimento de Aldo Rebelo na festa de Antônio Carlos Magalhães (ACM), representando o governo Lula, expressa o grau de podridão a que chegou o PCdoB estalinista. Não é preciso dizer o que representa ACM como membro da oligarquia burguesa e o quanto está metido em corrupção.

Se no passado o PCdoB executou o déspota baiano, agora beija sua mão como fazem os afilhados dos coronéis. Para o estalinismo substituído até a medula, tudo vale na política para se alcançar postos no Estado burguês.

Sob o nome do comunismo e da bandeira do leninismo, os estalinistas procuram esconder sua subserviência aos exploradores e seu papel de capachos. Nem mesmo a memória de seus militantes que morreram sob os golpes da ditadura de classe da burguesia são capazes de manter.

O PCdoB não tem nada a ver com o comunismo. Quem acreditar que os estalinistas são marxistas-leninistas deve olhar melhor para a realidade.

## O intervencionismo no Haiti

O governo Lula apoiou o intervencionismo militar dos Estados Unidos no Haiti. Colocou-se de acordo em enviar 1.470 soldados para compor a chamada 'força de paz'.

O Ministro da Defesa José Viegas divulgou a notícia como se fosse um grande feito liderar a força intervencionista de tropas sul-americana, seguindo os rastros da invasão norte-americana.

Logo após sua retirada do Haiti, o presidente Jean-Bertrand Aristide, depoído sob o fogo da guerra civil, acusou os Estados Unidos de tê-lo seqüestrado.

O imperialismo pisoteia por toda parte o direito de autodeterminação dos povos. Está metido numa invasão genocida do Iraque e do Afeganistão.

A promessa do governo PT/Lula de enviar, em julho, tropas para o Haiti deve ser rechaçada pelo povo brasileiro. Qualquer colaboração com o intervencionismo imperialista reforça a opressão nacional, o saque, a prepotência das potências e ajuda o imperialismo a pisotear o direito de autodeterminação dos povos.

## A invasão do Iraque só se mantém com genocídio

Fica cada vez mais evidente que a bandeira de paz, de democracia e de direitos humanos do imperialismo serve de máscara para o intervencionismo militar genocida. Os iraquianos intensificam o combate para expulsar os invasores norte-americanos, apoiados por soldados italianos, espanhóis, poloneses, japoneses etc.

O fato mais extraordinário da resistência iraquiana é a união de xiitas e sunitas. Desmascara a propaganda norte-americana de libertação das etnias oprimidas.

A resposta do exército ocupante é de massacrar a população. Somente em Fallujah, são mais de 300 mortos, incluindo mulheres, crianças e velhos. O massacre já atingiu mais de 700,

grande parte civis.

Desde a invasão, estima-se a morte de 10715 civis iraquianos.

Está aí o retrato em sangue do imperialismo dito civilizador dos povos bárbaros e das ditaduras.

O oprimidos do mundo todo estão chamados a levantar a bandeira de autodeterminação dos povos, derrota do imperialismo e luta pelo socialismo.

Massas 280 denúncia 3

## O Pedido de Lula

Bem acomodado no Palácio do Governo, o governo Lula pediu 'que Deus possa ajudar o povo brasileiro, sobretudo aqueles que estão sofrendo, sobretudo que estão desempregados'.

Não há Deus algum para ajudar os desempregados. O petista se esqueceu que prometeu criar 10 milhões de novos empregos, garantir três refeições ao dia a todos brasileiros e implantar a reforma agrária. Mas tem feito tudo ao contrário.

O Deus todo poderoso é o capital financeiro internacional, os mercados de capitais, os agiotas e credores internos/externos. O povo paga a esse Deus com trabalho, fome, miséria e desemprego. É a esse todo poderoso que o governo Lula serve.

No altar do FMI, reza como um devoto. E segue a novena dos saqueadores do país e de todos os exploradores.

Os trabalhadores vão resolver o problema da fome e do desemprego com suas próprias forças. É com a bandeira de escala móvel das horas de trabalho e com o método da ação direta (greves, piques, armamento) que combateremos o desemprego e amadureceremos as condições para pôr abaixo a burguesia, seu governo e o capitalismo.

## Indicador da barbárie capitalista

Estatísticas oficiais revelam que em 2003, a polícia matou 975 pessoas. Nos últimos 10 anos, é a taxa mais alta.

A explicação das autoridades policiais não traz surpresa. Alega o crescimento da violência marginal. 126 policiais foram mortos, para quase mil do outro lado.

O Secretário de Segurança do governo de São Paulo chegou à bela conclusão de que o combate ao crime do ponto de vista policial chegou ao limite. O que quer dizer que não adiantou matar à vontade e transformar a cidade em formigueiro de policiais, seguranças particulares, sistema eletrônico sofisticadíssimo e gasto milionário para arrefecer a criminalidade.

Está aí a mostra do verdadeiro significado da mortandade. Expressa a barbárie do capitalismo e nenhuma solução.

Ocorre que agigantamento do crime e dos assassinatos pela polícia são conseqüências do capitalismo que se decompõe na forma de alta concentração de riqueza, de desemprego crescente, que atinge poderosamente a juventude, a miséria e a fome.

Não há possibilidade alguma de reforma do capitalismo para amenizar esse quadro dramático.

# A luta de classes pode responder a pobreza e o desemprego

A divulgação dos índices de concentração de renda no Brasil, logo após a exposição em números recordes do desemprego, mostram uma parte da realidade da superexploração do trabalho assalariado no país.

5 mil famílias concentram 45% da renda nacional. Pouco mais de 3% das famílias têm renda superior a 10 mil reais mensais. 45% da população vive na pobreza total. Esses dados, que ainda contêm imprecisões, mostram a altíssima concentração de renda num país atrasado, com renda anual por habitante de pouco mais de 2 mil dólares, quando em países capitalistas desenvolvidos (imperialistas), essa renda é dez vezes maior, ou mais.

A realidade da miséria mostra a importância da luta pelo salário mínimo real. Enquanto o governo Lula mantém o salário mínimo de fome (atualmente de 240 reais), ajuda a manter a miséria das massas. É sobre a base do salário mínimo de fome e da massa salarial miserável que se mantém a superexploração do trabalho. O salário deveria ser a soma necessária para a sobrevivência do trabalhador e de sua família. O que se paga hoje não é, de longe, suficiente para isso. Ao contrário, além de explorar o trabalho assalariado para obter lucro, os capitalistas devoram boa parte dos salários. E isso leva à destruição física da família operária, pela miséria.

A defesa da existência da classe operária corresponde à exigência de salário mínimo real. Isso quer dizer que os salários não podem ser menores do que o necessário para a sobrevivência do trabalhador e de sua família. Cabe às assembleias dos sindicatos levantar esse



O MST tem protagonizado dezenas de ocupações de terra

valor, discuti-lo, aprová-lo e passar a defendê-lo com a luta. Estimamos que esse valor hoje seja de cerca de 2 mil e 500 reais mensais.

Os capitalistas e seus servos dirão que não é possível à economia suportar esses salários. A resposta da classe operária deve ser: se o capitalismo não é capaz de sustentar seus escravos, então que morra o capitalismo, mas que viva a classe operária.

## Emprego para todos

O desemprego tem atingido índices recordes no Brasil. Só em São Paulo, são mais de um milhão e novecentos milhões de desempregados. Sem falar do subemprego.

Os capitalistas e o governo dizem que a culpa é da economia em crise, e que só podem contratar mais gente se houver crescimento econômico. Ainda assim, só contratarão uma parte dos trabalhadores, que chamam de "mais qualificada". Dizem que nunca será possível ter emprego para todos, e que cabe ao governo e à população ajudarem os de-

sempregados com "programas sociais". Tudo conversa mole.

A classe operária tem sim sua resposta para o desemprego. A resposta é a divisão de todo o trabalho disponível entre todos os trabalhadores aptos. O que significa contar o número total de horas de trabalho necessário para tocar a produção e dividi-lo entre todos os que precisam trabalhar, sem redução de salários. A isso se chama escala móvel de horas de trabalho.

Não se trata de fazer isso apenas em uma fábrica ou numa categoria. A escala móvel é uma luta geral de toda a classe contra os capitalistas. Depende de todos os sindicatos assumirem a necessidade de reduzir a jornada de trabalho, sem reduzir salários, de forma a eliminar o desemprego.

Isso irá ferir profundamente os lucros dos capitalistas. Por isso, depende de muita luta. Não é possível a conciliação entre a preservação desses lucros e a garantia de emprego para todos. Ou se apóia um, ou outro.

O problema é que as atuais direções sindicais estão comprometidas em ajudar os capitalistas a manterem e ampliarem seus lucros. Repetem a mesma conversa dos patrões: a de crescer a economia para ter mais empregos. Mas as leis de funcionamento da economia capitalista mostram o oposto: o desenvolvimento capitalista aumenta o desemprego e o exército de desempregados, rebaixando salários.

Assim, a defesa do emprego, como a defesa do salário, acabam levando a classe operária e demais assalariados a combaterem pelo fim do capitalismo, pela revolução proletária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

# Retomada das ocupações de terra

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) realizou no mês de abril as jornadas de lutas, o “abril vermelho”, intitulado por suas lideranças, que é a cor das bandeiras e símbolo de luta.

Em quase todos os Estados ocorreram ocupações. Pernambuco, que tem sua história marcada pelas ações das Ligas Camponesas na década de 50 e início de 60, é o Estado com o maior número de ocupações (28), seguido por São Paulo (12), Sergipe (5), Bahia (4), Alagoas (3), Mato Grosso do Sul (3), Ceará (2), Rio de Janeiro (2), Minas Gerais (2), Mato Grosso (2), Pará, Espírito Santo (1), Paraná (1), Rio Grande do Sul (1), Piauí (1).

O objetivo das ocupações é o de pressionar o governo PT/Lula. O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, no Plano Nacional de Reforma Agrária, prometeu assentar 400 mil famílias, 30 mil até o final de 2003, 115 mil em 2004, 115 mil em 2005 e 140 mil em 2006. Porém, quase nada saiu do papel. Lula, em seis meses, só assentou 2.534 famílias. Os argumentos do PT são os mesmos de governos anteriores: falta dinheiro. As milhares de famílias, boa parte à beira das estradas, não têm como esperar. A trégua dada pela direção do MST ao governo Lula não pôde mais ser sustentada. As lideranças, sob a pressão das bases, foram obrigadas a impulsionar o movimento de ocupações como forma de criar um fato político que obrigasse o governo a tomar soluções mais rápidas em torno dos assentamentos.

As ocupações trazem à tona e agudizam os conflitos entre os latifundiários/governos e os camponeses pobres. Os proprietários rurais intensificam suas ações repressivas contra o movimento e exigem que o governo cumpra as leis do Estado. Duas leis são reivindicadas: 8.629/1993, que determina como propriedade “produtiva” aquela que possui uma área utilizada e “grau de produtividade” e a MP 2.183-56/2001, que exclui, por dois anos, do programa de reforma agrária para efeito de desapropriação, as



O MST tem de enfrentar a repressão com a autodefesa

propriedade ocupadas e as famílias envolvidas. Essa legislação repressiva, juntamente com as liminares e ações judiciais e polícias de garantia de posse da terra são instrumentos da classe burguesa para fazer com que o Estado intervenha em favor da propriedade privada e contra o movimento dos sem-terra. Em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin criou uma lei que permite que os latifundiários do Pontal, com áreas menores de 500 ha e consideradas devolutas possam legalizar a posse mediante pagamento de 10% do valor da terra. Essas terras griladas, na região do Pontal, que possui a maior extensão de terras nessa condição, estão sendo legalizadas, a preços irrisórios, aos grandes proprietários que exploram a região desde o início do século. Trata-se de um mecanismo semelhante à “Lei da Terra”, de 1850, que deu aos fazendeiros a posse legal das sesmarias (terras que foram doadas pelo Estado).

Além da proteção do Estado, os latifundiários ganham cada vez mais o direito de empregar a violência reacionária contra os camponeses sem terra. O crescimento das milícias armadas, do número de jagunços e dos assassinatos no campo são meios da burguesia agrária, que conta com a impunidade das leis, da Justiça e da Polícia. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia, cobra do governo PT/Lula a aplicação das leis, ações mais concretas para pôr fim às

ocupações e justifica a violência empregada pelos proprietários. A UDR e suas associações locais usam das leis, agem por cima delas, para expulsar os camponeses pobres.

A violência no campo já fez muitas vítimas. No período de 1985 a 1989, foram mortos 640 camponeses. De 1996 a 2003, mais de 200. Em um ano do governo PT/Lula, 73 sem terra são assassinados e centenas de camponeses foram presos e perseguidos.

## Eldorado dos Carajás: um dos maiores massacres no campo

No dia 17 de abril de 1996, no Estado do Pará, em Eldorado dos Carajás, a repressão militar assassinou 19 camponeses, deixou 51 feridos e centenas de presos, que faziam uma marcha. O julgamento dos criminosos foi uma farsa e o governador, mandante do massacre, saiu impune.

A violência contra os sem-terra não calou o movimento. Os conflitos são constantes nesse Estado, que é o maior celeiro mundial de trabalho escravo. No Pará, predomina o latifúndio, mais da metade da região é ocupada unicamente por 1% das propriedades. A brutal concentração de terras se choca com os milhares de camponeses famintos, que lutam pela reforma agrária.

Antes de Eldorado dos Carajás, houve o genocídio de Corumbiara (Rondônia). Os crimes da burguesia contra os camponeses são um recurso indispensável para defender o regime latifundiário da terra. Não se trata de um simples episódio, mas da violência reacionária aplicada constantemente para combater o movimento camponês.

As condições exigem que o movimento camponês constitua os comitês de auto-defesa armados. Esse objetivo não é fácil de ser alcançado devido o pouco desenvolvimento político do movimento geral dos oprimidos, mais particularmente, do proletariado. Essa situação se reflete sobre o movimento camponês que se encontra indefeso diante das milí-

cias latifundiárias, dos jagunços e do braço armado do Estado. A força do pacifismo pequeno-burguês ainda impregna camadas dos camponeses, mas a responsabilidade se distribui entre as direções da cidade e do campo.

Frente ao fortalecimento das tendências repressivas da burguesia, coloca-se a tarefa de combater o pacifismo e defender as formas mais elevadas de luta de classes, que dão ao poder coletivo dos oprimidos condições para enfrentar a ofensiva capitalista. A luta de classes se encarregará de encontrar os meios de auto-defesa desde que tenha uma direção disposta a trabalhar nesse sentido.

### **Agrava a questão camponesa sob o governo Lula**

A retomada das ocupações mostrou o quanto o movimento dos sem-terra afeta o governo e o conjunto das forças burguesas que compõem o Estado. Para uma ala, é preciso dar prosseguimento aos assentamentos do tipo FHC, por meio do qual, combinado com a repressão, se disciplinará e esvaziará a capacidade de luta dos camponeses. Para outra, não há mais sentido na denominação reforma agrária, tida como desapropriação indenizatória de terras improdutivas com assentamento, está colocado tratar o MST como um movimento subversivo, que atenta contra o direito de propriedade, a democracia e o Estado.

Por enquanto, tem prevalecido a tendência conciliadora-repressiva, o que faz com que o governo procure conter a luta de classes no campo com a política dos assentamentos. Mas cresce a dificuldade de manter essa linha devido a uma série de fatores. Os que mais ressaltam são a contensão orçamentária causada pelos compromissos financeiros do Estado com o imperialismo e banqueiros nacionais, a ausência de horizonte favorável à superação da crise econômico-financeira, os limites do critério de terras improdutivas e o fortalecimento na última década da agroindústria monopolista.

O problema camponês se agrava com a continuidade da expulsão dos pequenos produtores do campo e a saturação da capacidade do capitalismo transformar a mão-de-obra agrária em proletá-

ria. Mais ainda: o surto do desemprego tecnológico nos centros urbanos não dá sinal de arrefecimento.

Essas contradições já vinham se manifestando no governo FHC. As lideranças do MST, uma ala da Igreja e maior parte da burocracia sindical, seguida de uma parcela da esquerda pequeno-burguesa, acreditavam que o PT se constituiria em uma alternativa de solução reformista do problema da terra. Porém, o governo petista assumiu para si a responsabilidade da crise de endividamento interno e externo e contraiu imediatamente os liames do imperialismo com o Estado nacional.

Posição essa que lhe impôs uma política antipopular mais dura que a de FHC - maior restrição orçamentária para o Plano Nacional de Reforma Agrária. É claro que findado um período de ilusões no recém governo, que teve a seu favor uma trégua, enquanto os camponeses acampados comiam o pão que o diabo amassou, o MST não tinha e não tem outra saída senão lançar-se sobre os latifúndios. Ou o governo Lula afrouxa o orçamento agrário e compatibiliza os anseios do reformismo pequeno-burguês no campo, ou parte para um confronto abertamente repressivo. Não é possível manter fechadas as válvulas de escape da panela de pressão e ao mesmo tempo aumentar a temperatura. É o que reclama a ala burguesa que pretende tratar o MST como movimento subversivo. Para ela, o governo Lula não pode ser permissível com o "abril vermelho" de Stédeli.

### **Preparar-se para maiores confrontos**

O cálculo e a visão política de que com o governo Lula a classe operária e os camponeses ocupariam um lugar distinto frente ao Estado, permitindo-lhes obter reformas pela via de medidas governamentais, já se comprovam falsos e perigosos. A promessa do reformismo petista se neutralizou diante do capitalismo putrefato e das condições estratégicas impostas mundialmente pelo imperialismo.

A luta pela terra, com a organização do MST, ganhou proporções de choque de classe contra a burguesia em geral e, em particular, às frações oligárquicas que controlam a economia agrária. É

bem possível que com o governo Lula se encerre essa etapa de desenvolvimento do movimento camponês vinculado à reforma agrária do tipo lenta e gradual, fundamentada nos assentamentos indenizatórios e no assistencialismo estatal.

Diminuem as condições de acomodação da reivindicação de assentamentos obtidos pelo método da ocupação. A tendência é do confronto se tornar mais encarniçado e a ala fascizante burguesa ir se impondo contra os sem-terra. Não nos é possível ter precisão quanto ao ritmo dessa mudança, mas poderá ser mais breve do que possamos supor. Está aí a importância de se trabalhar pela aliança operária e camponesa.

Se a burguesia não tem solução para a questão da terra e se vê obrigada a golpear repressivamente o movimento social agrário, a resposta a essa relação de força está na unidade de classe dos oprimidos, ou seja, do proletariado com os camponeses pobres.

A dificuldade prática logo se apresenta à vista. O movimento operário acha-se amarrado pela política da burocracia sindical estatizante. O movimento camponês encontra-se canalizado para uma estratégia de reforma agrária sob a forma de assentamentos e de inserção do camponês na pequena propriedade, ainda que se aspire uma forma particular de cooperativismo coletivo, que se mostra inviável nas relações capitalistas de produção.

Evidencia-se, nessas contradições, a necessidade de uma direção revolucionária do movimento operário e camponês, que inclui certamente a pequena burguesia urbana arruinada. A vanguarda, que organiza as lutas e que não se acha corrompida pelo aparelhismo, burocratismo e caudilhismo, tem de compreender a necessidade de constituir uma direção revolucionária. O que quer dizer organizar-se sobre um programa de destruição do capitalismo pela via da revolução e ditadura proletárias.

É preciso independizar o movimento social do reformismo e de toda e qualquer variante da política burguesa. Não há outro meio de realizar essa tarefa senão construir o partido operário revolucionário. Repetimos que esse curso é o da luta no seio das massas oprimidas pelo programa da revolução social.

## O “império da lei”, império da fome

O MST depositou esperança no Programa de Assentamento Agrário do governo PT/Lula. Fez uma trégua acreditando que não se cumpriam as metas devido a dificuldades iniciais de governabilidade.

Cerca de 200 mil famílias agüentam o fogo da fome nos acampamentos à beira das estradas. Mesmo nessa circunstância, sob o governo PT/Lula, foram assassinados 73 camponeses, segundo a CPT.

Bastou que João Pedro Stédile anunciasse a retomada das ocupações de terra para que a reação dos latifundiários, seus políticos e o próprio governo ganhasse ressonância por toda parte. A UDR pediu prisão do líder do MST. Fazendeiros prometeram responder com suas milícias armadas. Governadores exigiram a aplicação da MP contra as ocupações. O Presidente da República declarou que não haverá reforma agrária no grito. Os ministros Miguel Rossetto (PT),

Roberto Rodrigues ( PL), Márcio Tomaz Bastos (PT) e Aldo Rebelo (PCdoB) condenaram a retomada das ocupações, com o argumento de que quebram “o império da lei”. O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL) engrossou a campanha. Uniu-se a ela José Serra (PSDB). Roberto Busato (presidente da OAB) comparou Stédile com terrorista do grupo Hamas.

É impressionante como sob o governo Lula se constituiu uma frente burguesa, pró-latifundiária, contra os camponeses pobres e sem terras. Passar fome e ter a vida de seus filhos comprometida está dentro do “império da lei”. Como diz Aldo Rebelo: “E será a Justiça que irá determinar os limites dos movimentos sociais”. E quais os limites do estômago vazio, da inanição, das doenças e do analfabetismo?

O “império da lei” contra as ocupações é o império da expulsão dos campo-

neses das terras, da concentração latifundiária crescente, do desemprego, do armamento dos fazendeiros e da impunidade dos assassinatos. É o império da propriedade latifundiária contra a vida de milhões de trabalhadores agrários. Todo movimento social que reage contra a ordem da fome e da opressão é tido como ofensivo à ordem dos explorados, da propriedade privada dos meios de produção e de suas instituições.

A imagem do MST como “bandoleiros”, “formadores de quadrilhas”, “promotores da violência e das depredações” é pintada de acordo com a tela, a tinta e o pincel dos que concentram montanhas de riqueza, enquanto a maioria passa fome. E os políticos que sacam a arma do “império da lei” servem a esses retratistas.

Os trabalhadores e a juventude não se espelham nessa pintura.

### Fortaleza

## PT e Eleições Municipais: qual a melhor forma de administrar a crise do capital?

No Encontro Municipal do dia 15/02, o PT de Fortaleza realizou uma eleição para decidir sua posição em relação às eleições municipais próximas. Fortaleza é atualmente governada por Juraci Magalhães (PMDB), cujas denúncias de corrupção, malversação, desvio de verbas da educação, merenda escolar etc., licitações fraudulentas, negociatas e tráfico de influência não param de crescer. Nos zonas para tirada de delegados para votação, o grupo que defendia lançamento de candidatura própria e aqueles que estavam de acordo com o apoio ao pré-candidato pelo PC do B Inácio Arruda dividiram o debate com o mesmo número de delegados. Formaram-se quatro chapas, uma delas liderada pela Deputada Estadual Luizianne Uns, da corrente petista Democracia Socialista/DS e as outras três, que, com pequenas variações, defendiam o apoio a Inácio Arruda. Nos dois pleitos anteriores (1996 e 2000), os petistas haviam apoiado sem receio o Deputado Federal Inácio Arruda (PC do B). O referido deputado é o mesmo que tem se destacado por votar as reformas contrárias aos trabalhadores que caminham no Con-

gresso, entre as quais a Reforma da Previdência e tributária (criação da taxa do lixo) que tem sido um forte aliado do governo Lula na aplicação das medidas neoliberais a favor do capital financeiro internacional e dos grandes empresários.

O problema central que dividiu o PT não está em que uma ala defenda uma ruptura com o capital e a outra deseje administrar a crise, que se reflete na situação dos municípios brasileiros. Tanto um grupo quanto o outro estão em acordo que é possível administrar humanamente o capitalismo em favor dos trabalhadores e obter pequenas conquistas através do aparato estatal burguês. Também não escondem que, desde há muito, já escolheram a via eleitoral como porta de entrada para a adaptação na dominação burguesa. O problema para eles está em como melhor administrar a profunda crise que se abate sobre a maioria oprimida.

Luizianne Uns, considerada intransigente pelas correntes direitistas do partido, entre as quais Articulação e a Democracia Radical, defende um discurso palatável para a burguesia de que o PT “vive experiências administrativas impor-

tantes que lhe capacitam para uma gestão que defenda o direito à cidade, os direitos humanos e ambientais” (O Povo, 08/02/04). Portanto, não está em jogo uma diferença de princípios programáticos, nem de visão diferenciada do papel das eleições, nem muito menos romper com a perspectiva burguesa de administração da crise econômica. Todas as correntes petistas tentam, sob vários aspectos, incrementar as ilusões democráticas entre trabalhadores, estudantes e camponeses, para dar andamento à sua estratégia de governar para o capital. A Chapa vencedora foi à dirigida pela Dep. Luizianne Lins pela candidatura própria e já busca apoio junto ao PDT, PSB, PSTU e demais partidos. O POR tem defendido, em meio à lameira do Encontro Municipal, mobilização das massas através de seus próprios métodos de luta para barrar as reformas neoliberais, como parte da luta anticapitalista e antiimperialista, denunciados que a farsa do jogo eleitoral que pretende apenas dar continuidade ao processo de descarregamento da crise econômica, social e política nos ombros dos trabalhadores.

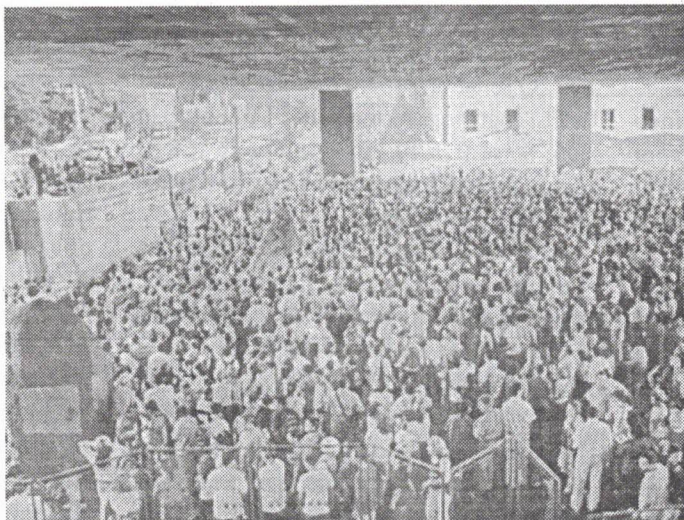
# A suspensão da greve favoreceu o governo

Pela primeira vez, a aprovação do início da greve para o dia 16 de abril, ocorrida na assembléia do dia 26 de março, significou também a sua suspensão. A corrente Articulação (PT) e seus comparsas Art-nova (PT) e PCdoB, que estavam contra a greve, propuseram esperar uma negociação que se daria no dia 12 de abril. A negociação não resultou em nada. O governo voltou com a mesma história de que não há dinheiro e que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede qualquer ação de reajuste do funcionalismo. E como havia decretado a greve, foi obrigada a suspendê-la sem completar um dia de paralisação. Em troca desse feito, o governo prometeu nova negociação para o mês de maio. O governo joga de um lado para o outro a diretoria da Apeoesp. O palavreado radical contra a política do governo Alckmin e de seu secretário Chalita é usado para esconder o servilismo da diretoria. A ala mais a direita, Artnova (PT), empurrou o PCdoB e a Articulação a votarem pela suspensão da greve.

### O jogo das assembléias

A assembléia do dia 26 de março aprovou a greve, a assembléia do dia 16 de abril suspendeu a greve e a assembléia do dia 30 foi marcada para servir de pressão para que o governo anuncie algum reajuste. Como não se decide pelo enfrentamento e unidade grevista, a realização das assembléias, uma após outra, poderá acabar na desmoralização do movimento. Aos poucos, as assembléias vão se tornando mais fracas e, com isso, alimentando a burocracia sindical de justificativas para culpar o professorado de não se mobilizar e não querer ir à greve.

A política da burocracia é a da negociação sem luta. É o sindicalismo pelego "de resultados". Usa o descontentamento e a disposição da parcela que quer enfrentar o governo e os canaliza para os chamados "calendários alternativos". São atos isolados sem nenhuma expres-



Assembléia dos professores no Masp, em 16/04/2004

são, vigílias, palavreados propondo reuniões com pais e alunos, malhação de Judas e outras fanfarronadas que acabam contribuindo para fortalecer o descrédito da camada de professores que resistem ir à greve.

### Rebaixamento das reivindicações

A assembléia votou o reajuste salarial, a incorporação das gratificações e bônus, alteração no Plano de Carreira, redução do número de alunos por sala e posse dos concursados somente para 2005. Ninguém sabe qual é o índice de reajuste para repor as perdas dos 10 anos de arrocho. Há uma reivindicação de que o piso deve alcançar R\$ 1422,00, por 20 horas, como perspectiva de longo alcance. O fato é que a diretoria da Apeoesp vem dando ênfase unicamente a dois pontos: a incorporação das gratificações e bônus, que significam 24,9% de reajuste e a adequação da lei 836, que eleva os salários em 5%. Mas foi mais longe, aceitou a conversa do governo de estudar com as equipes técnicas o "impacto" dessas duas reivindicações no orçamento do Estado.

O governo recebeu todas as reivindicações e deixou que a burocracia nomeasse as centrais. Como sempre, a burocracia rebaixa as reivindicações acreditando que sendo pouco o governo poderá aceitá-las. Na verdade, acaba fazendo a política do patrão, de manter a

superexploração, por meio da desvalorização da força de trabalho. A diretoria acaba reforçando os 4,27 reais por hora-aula, os contratos sem vínculo (eventuais), as diferenciações entre os professores em exercício e aposentados e as jornadas estafantes.

### A Oposição Alternativa

A Oposição Alternativa (esquerda do PT e PSTU) compõe também a diretoria da Apeoesp. Como setor minoritário, vem questionando, nessa campanha salarial, a política do setor majoritário de se colocar contra a greve. Na assembléia de março, defendeu greve a partir do dia 5 de abril, véspera dos feriados. Nessa do dia 16, defendeu a continuidade da greve no Conselho de Representantes, mas momentos antes da assembléia chegou ao ponto de recuar. Só não se colocou ao lado da Articulação por pressão de sua própria base, que exigia a mesma postura de greve anunciada pela manhã. Quando verificaram que a assembléia contava com o mesmo número da anterior, o PSTU e o setor petista do agrupamento passaram a defender a não suspensão da greve.

A política das correntes centristas é cheia de zig-zags. Ao mesmo tempo que são radicais na defesa da greve, minutos depois podem dar giros e se aliar aos conservadores e, quase sempre preferem ficar entre a vanguarda radical grevista e uma das alas da burocracia.

### Quebrar a política de arrocho é derrotar um dos pilares do plano neoliberal

A aplicação da diretriz econômica do FMI de corte de gastos públicos, de arrocho salarial, de privatização e de eliminação de direitos trabalhistas vem provocando reação dos trabalhadores e, em particular, do funcionalismo. A educação é um dos setores que a cada ano vem sofrendo redução de verbas. O mecanismo criado para impor a municipalização, o Fundef, tornou-se fonte de corrupção



por parte de prefeitos, governadores e pelas quadrilhas que vivem às custas do Estado. Do montante destinado ao ensino fundamental, 28,7 bilhões de reais, 75% não chegam às escolas. As provas são evidentes e são poucos os que foram punidos. São empresas especializadas em falsificar planilhas de custos, fazer licitações ilícitas, fraudar número de alunos para obter mais recursos, superfaturar preços e obras e realizar pagamentos de serviços inexistentes.

São Paulo não foge a regra. Além disso, o governador Alckmin não paga os encargos sociais do funcionalismo, ou seja, a contrapartida do IPESP, Previdência e do Iampsp. O governo do Estado culpa a esfera federal pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe restrições aos gastos públicos e obrigatoriedade de pagamento da dívida à União. E usa a LRF para justificar o arrocho salarial.

Por outro lado, a arrecadação de impostos teve crescimento acima de 15%. Boa parte deles vêm dos bolsos dos traba-

lhadores. Mas nada é revertido aos serviços sociais. São Paulo é um dos Estados mais ricos da federação, com uma violenta arrecadação. Porém, mantém os salários da maioria do funcionalismo arrochados. A exigência de reajuste imediato choca-se com a orientação geral, que é a da permanência dos salários defasados. A melhoria das condições de ensino e trabalho se opõe à estratégia de precarização e flexibilização das relações trabalhistas.

A derrota da política governamental requer um combate sem trégua, grandes mobilizações e ações coletivas dos trabalhadores. A burocracia sindical, embora em palavras se diz contrária a determinados aspectos do plano neoliberal, ao não se colocar pela organização e unificação do funcionalismo, fortalece as medidas governamentais.

### **Vencer os obstáculos para impor derrotas ao governo**

Não há outra via para impor as rei-

vindicações ao governo senão a da greve massiva e unitária. O corporativismo enfraquece o movimento e aumenta a ofensiva repressiva do governo para derrotá-lo. Há uma tendência grevista nacional do funcionalismo, em especial, na educação. Em São Paulo, os professores das escolas técnicas estão paralisados há 60 dias. Os funcionários municipais têm realizado manifestações contra a prefeita Marta (PT). Mas os movimentos, embora simultâneos, estão isolados por responsabilidade das direções sindicais.

Os trabalhadores terão de vencer o obstáculo imposto por suas direções para que o movimento alcance a unidade, necessária para derrotar a política centralizada dos governos. Por isso, não basta aprovar a greve, é preciso dar expressão coletiva e unitária, que inicia com as assembleias conjuntas, comandos unitários e manifestações de rua massivas.

## **Paralisar as escolas no dia 30 de abril**

A assembleia suspendeu a greve do dia 16 e aprovou nova paralisação no dia 30 de abril. Consideramos que foi um erro a diretoria da Apeoesp (setor majoritário) dar mais uma trégua ao governo quando não há nada de concreto sobre as negociações. Acaba reforçando a ilusão de que sem precisar ir à greve é possível negociar e garantir nossas reivindicações. O governo quer ganhar tempo, para logo mais dizer que o Orçamento não permite, que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede e que a legislação eleitoral inviabiliza qualquer reajuste.

No dia 30, temos de corrigir o curso do movimento. Não dá para ficar nesse zig-zag, -decreta a greve e suspende a greve -, porque desmobiliza e reforça o descrédito daqueles que temem enfrentar o governo. Os professores devem combater a política do vai-vem da direção, que certamente só reserva derrotas, e aprovar a única via para quebrar a ofensiva governamental, que é a da greve coesa e unitária.

### **Porque não podemos recuar**

Há vários motivos que nos levam às

ruas e à necessidade de aprovar a greve. Mas há alguns que são decisivos, entre eles:

1) **O reajuste imediato dos salários.** O fato de ficar quase dez anos sem alterar o salário base, o valor da hora-aula, é a maior vitória do governo e a maior desgraça dos professores. No momento de se aposentar é o salário base que vale. Quando ficamos doentes, é o salário base que conta. Na situação em que nos tornamos eventuais, é com o valor da hora aula que temos de nos manter. As gratificações e bônus são instrumentos do governo para manter o arrocho salarial e colocar um doce que derrete imediatamente na boca de nós professores. Lutar pelo reajuste do salário é valorizar nossa força de trabalho e garantir melhores condições de ensino aos alunos.

2) **Combater a reforma educacional dos governos,** que trouxe o desemprego, fechamento de escolas, superlotação das salas, redução da grade curricular, contratos temporários, cooperativas, frentes de trabalho e a eliminação de direitos trabalhistas. Mas o governo não vai parar aí. Mais um outro pacote de medidas

está pronto no MEC. Com ele virão:

a) *a divisão do ensino médio,* dois anos obrigatórios e o terceiro optativo ao aluno. É o fim do terceiro ano. Com isso, mais desemprego e favorecimento dos cursos pagos para completar o terceiro ano;

b) *A criação de um currículo nacional comum.* Essa história já conhecemos. É a forma para tirar da grade algumas disciplinas, que deverão ser optativas aos alunos (é a velha conversa da parte diversificada do currículo);

c) *A extensão do ensino fundamental para nove anos com a inclusão da pré-escolas.* Trata-se de uma pressão dos prefeitos para custear a pré-escola com a verba já minguada do Fundef. Não trará mais empregos para os educadores;

d) *Avaliação desempenho aos professores e alunos e a instituição de uma gratificação aos professores considerados "bons";*

e) *A atualização das licenciaturas,* que nada mais é do que exigir que os professores voltem às universidades privadas para fazer cursos para revalidação dos diplomas. Na verdade, são 14 itens contra a escola pública e a vida dos professores, que tem como primeiro item "Choque de

Qualidade para a educação Básica". Mas não tem o item essencial que é o de mais recursos à educação pública e gratuidade em todos os níveis para que haja acesso a todos. O Fundeb não prevê mais verbas. Trata-se da continuidade da reforma educacional do Banco Mundial, que tem como prioridade a privatização. Os governos estaduais aguardam aprovação no MEC para que seja imediatamente posta em prática.

3) **A eliminação da reforma da Previdência.** Esta só trouxe mais desconto, agora são 11% nos nossos salários, e mais dificuldades para alcançar a aposentadoria. Os aposentados foram golpeados com os descontos. Já pagamos 6% do IPESP, 2% do Iamsp e 5% da Previdência. Isso é um assalto nos holerites.

4) **Redução da Jornada sem redução salarial para que haja emprego a todos.** Abertura de todas as salas de aula fechadas e vagas para todos os que querem estudar.

5) **Combater a violência que atinge as escolas,** exigindo emprego e escola à toda a juventude. Os projetos, como JCC, reforçam a ação repressiva da polícia nas

escolas e usam os alunos para que se tornem delatores dos próprios colegas. Isso nada tem a ver com as necessidades da juventude, que reivindicam trabalho e estudo.

Como se vê, esperamos muito para enfrentar o governo. Por isso, o nosso recuo é o fortalecimento das medidas destruidoras da escola pública e das condições de ensino e trabalho.

### **A nossa vitória depende**

1) **Da união dos professores.** Alguns reclamam que a classe é desunida e por isso não conseguimos derrotar o governo. Outros dizem que já fizeram muitas greves e que estão já cansados. Uma parte que está entrando no magistério, eventuais e Ofas, dizem que não podem parar porque os diretores mandam embora. Mas todos concordam que do jeito que está não pode continuar. Aí só uma via: superar os individualismos, combater os diretores que são puxa-saco do governo e unir os que de fato defendem a escola pública e os salários.

2) **Da unidade com o funcionalismo.**

Os municipais decidiram pela paralisação nos dias 28, 29 e 30. Os professores das escolas técnicas estão em greve. Os trabalhadores da saúde prometem sair às ruas. O nosso movimento ganhará força se for um só. Os patrões são os mesmos: governos municipal, estadual e federal. Há uma disposição de unidade por parte dos trabalhadores, mas as direções são corporativas, o que favorece a fragmentação da luta. Nossa assembléia tem de se posicionar pelas assembléias unitárias, comandos grevistas unificados e ações massivas de todo o funcionalismo. É a força coletiva dos trabalhadores que elevará a consciência política, a organização e a capacidade para derrubar as medidas de arrocho, desemprego e destruição da escola pública.

3) **Da unificação com os alunos e pais.** Não basta a solidariedade ao movimento dos professores. É preciso que os grêmios, entidades estudantis, associações de bairro façam parte dos comitês em defesa da escola e do emprego.

Paralisemos as escolas. Todos à assembléia 30 de abril

## **Plenária da Corrente Proletária Estudantil**

A Corrente Proletária Estudantil realiza sua plenária para discutir como devem ser os grêmios, do ponto de vista proletário

1) **Papel do grêmio:** organização dos estudantes pelas suas reivindicações. O grêmio é uma organização estudantil que busca unir os estudantes para lutar por suas reivindicações. Os grêmios que não o fazem acabam se tornando organismos vazios, aparelhos burocratizados, grupos de amigos ou, no pior dos casos, um elemento de colaboração com a direção da escola.

2) **Caráter de frente única do grêmio.** O grêmio é uma organização que busca expressar a unidade dos estudantes ao redor de seus interesses comuns. Dessa forma, tem um caráter de frente única, ou seja, agrupa em seu redor as diversas correntes de pensamento do movimento estudantil. Por isso, não se exige do estudante que concorde com a política ou o programa do grêmio para se juntar a ele. Não se deve confundir o grêmio com uma organização partidária.

3) **Direção do grêmio:** revolucionária ou conciliadora. O caráter do grêmio é dado pela sua direção. Se essa direção expressa as reivindicações dos estudantes e a luta consequente por elas, então terá de assumir a política revolucionária, que expressa a independência em relação à direção da escola, os governos e os partidos burgueses, a unidade dos estudantes com os assalariados e assimilação da democracia operária e dos métodos próprios de luta do proletariado. Se, pelo contrário, a direção não tiver independência, não fizer a defesa a fundo das reivindicações, limitando-as, se rejeitar os métodos de luta e a democracia operária, então essa direção será de conciliação e traição aos interesses estudantis. Um grêmio não ficará por muito tempo numa posição intermediária entre as duas.

4) **Programa do grêmio:** socialista ou capitalista. A solução plena dos proble-

mas da escola depende da superação do modo de produção capitalista pelo socialista. O capitalismo em decomposição não é capaz de oferecer a educação pública e gratuita em todos os níveis para todos, laica, única e vinculada à produção social. As reivindicações e aspirações dos estudantes se chocam cada uma delas com a existência do capitalismo e com as necessidades dos capitalistas e as políticas de seus governos. Ao se colocar na defesa efetiva das reivindicações dos estudantes, o grêmio aponta para a luta anticapitalista, socialista. De outro lado, a política conciliadora de uma direção ajuda a preservar o capitalismo em decomposição, que despeja o peso de sua crise sobre os assalariados e a população em geral, inclusive os estudantes. Um programa assim é capitalista e traidor das aspirações dos estudantes.

5) **Grêmio de luta pelas reivindicações.**

Um grêmio só pode ser consequente como instrumento dos estudantes se formular a defesa das reivindicações pelo método da mobilização estudantil. A defesa firme das reivindicações implica o confronto com os capitalistas, seus governos e, em geral, com as direções das escolas, que são aplicadoras de suas políticas. O grêmio de luta formula e expressa as necessidades dos estudantes como elas são, o que implica o choque com as direções e governos para seu atendimento. O rebaixamento das reivindicações é uma traição e ajuda a estabelecer as políticas governamentais, anulando o confronto e submetendo os estudantes.

6) Democracia estudantil. O grêmio de luta se apóia na democracia estudantil, que não é invenção dos estudantes, mas a aplicação da democracia operária ao movimento estudantil. Trata-se de uma necessidade diante da aplicação dos métodos de luta do proletariado, que exigem para sua efetivação a prática da discussão e decisão coletivas.

a) soberania da assembléia. A assembléia é a base da democracia estudantil. Ela é um instrumento de mobilização e de ação coletiva. Por meio da assembléia, são os que se mobilizam que debatem, decidem e põem em prática as medidas necessárias para efetivar a luta estudantil. A assembléia permite a elaboração coletiva de propostas e a aplicação das resoluções da maioria. A assembléia é superior à direção do grêmio e deve ser respeitada em suas decisões. Quando uma assembléia aprova posições de quebra de princípio, para uma direção, essa tem dois caminhos: recorrer a uma nova assembléia ou renunciar e exigir que outra direção se encarregue de aplicar as resoluções que quebram seus princípios. A soberania das assembléias garante que suas resoluções sejam colocadas em prática. As direções não-revolucionárias costumam não acatar as decisões das assembléias, tornando-as formalidade e desmobilizando. Isto quando permitem a realização de assembléias.

b) direito de livre manifestação e expressão. A democracia estudantil pressupõe o direito de livre expressão e manifestação. São condições para que se efetive a discussão política dos problemas do movimento e as propostas para seu en-

caminhamento. Qualquer limitação do direito de expressão e manifestação leva ao estrangulamento da democracia estudantil e, portanto, à não efetivação da luta pelas reivindicações. O direito de manifestação e expressão não se aplica às correntes fascistas, que trabalham pela destruição da democracia estudantil.

c) proporcionalidade na composição da direção. A democracia direta, assentada nas assembléias, leva à formação de uma direção de grêmio que se coloca como organizadora da mobilização. Uma direção assim tem de expressar a unidade em torno das reivindicações, mas isso implica expressar as diversas correntes de pensamento presentes no movimento, o que se dá com a proporcionalidade. Por meio dela, as diversas correntes em choque podem se expressar na direção, que fica subordinada à soberania das assembléias. A proporcionalidade permite que se faça a experiência com todas as correntes no interior da direção, permite um controle e fiscalização sobre as finanças e uso do grêmio e maior controle das bases sobre a direção. A majoritariedade, ao contrário, expressa a democracia representativa, de negociação e conciliação. Uma única corrente dirige o grêmio e deixa as restantes de fora. Não há fiscalização nem se testam as demais correntes no grêmio.

d) revogabilidade de mandato. Uma direção não pode ser proprietária de seu mandato. Se se desvia da defesa efetiva das reivindicações e da democracia estudantil, a base deve removê-la e substituí-la. A revogabilidade de mandato permite manter a direção sob controle das bases, por meio das assembléias gerais, que são as instâncias máximas de poder e decisão.

e) diretoria colegiada. O estabelecimento de diferentes cargos na direção corresponde a uma diretoria conciliadora e não representativa, que age como intermediária entre estudantes e direção da escola e governo. A democracia direta e a direção que é organizadora da mobilização não admite diferenciação de cargos entre diretores. A forma colegiada é a que expressa a igualdade entre os membros da direção.

f) democracia representativa x democracia direta. A democracia representati-

va é a que expressa o grêmio de negociação, enquanto a democracia direta expressa o grêmio de mobilização. Na democracia representativa, quem age são os diretores, que só utilizam a mobilização como instrumento de barganha com a direção e governos. Na democracia direta, quem age são os próprios estudantes, com suas próprias forças.

g) controle das bases. A direção do grêmio sofre as pressões da sociedade em que vivemos e pode acabar assimilando essas pressões, contrárias aos interesses estudantis. O controle das bases sobre a direção, que inclui as finanças, a política e a organização, se contrapõe efetivamente a essas pressões. Não se trata de uma mera "transparência" da direção, que deve, além de apresentar todas as informações às bases, submeter a elas prestações de contas políticas, econômicas e organizativas em assembléia.

7) Independência de classe. O grêmio não pode ser neutro. A oposição a que exista ingerência externa sobre ele diz respeito à direção, aos governos e partidos burgueses. Ao efetivar a mobilização estudantil pelas reivindicações, o grêmio age com independência, concretizando a política revolucionária.

8) Movimento Estudantil. O movimento estudantil se organiza em nível municipal, estadual e nacional. Os grêmios têm de se unir entre si para serem capazes de efetivar a luta estudantil, que é geral. A constituição de intergrêmios, que expressa essa organização dos grêmios regionalmente, é o impulsionador da unidade de ação entre eles e ajuda a desenvolver a democracia estudantil e a política revolucionária mais amplamente. O grêmio que fica isolado não tem como levar à frente grande parte das reivindicações estudantis. Atualmente, as principais organizações gerais estudantis (Upes, Ubes, Une) estão nas mãos da corrente UJS (PCdoB). Essas organizações têm importância porque influenciam os estudantes e agem em nome deles diante dos governos. O fato de se encontrarem burocratizadas e manejadas por uma política contra-revolucionária é um elemento de freio à organização e luta geral dos estudantes.

a) Burocratização das entidades. As

entidades gerais dos estudantes estão burocratizadas por causa da política de suas direções. Como essa política está em choque com as necessidades dos estudantes, as direções agem no sentido de afastar as bases das decisões. As diversas medidas burocráticas assumidas pelas direções expressam a contradição entre as aspirações estudantis e a política conciliadora das direções. A transformação dessas organizações gerais depende da mobilização geral dos estudantes, que exigirá impor a democracia estudantil. Não é a forma de Congressos que burocratiza as entidades, e sim a política de sua direção. As propostas

## PUC-SP

Publicamos um dos textos do segundo número do jornal da ocupação da Reitoria pelos estudantes da PUC/SP.

# Resistimos à repressão - uma luta justa e necessária

Estamos há 19 dias ocupando a Reitoria. Um tempo que mostra a resistência do movimento estudantil contra as punições. Nossa reivindicação de fim da penalidade se mostra justa e de enorme valor em defesa da democracia na Universidade. Ao contrário das justificativas daqueles que querem a todo custo ir à frente com a suspensão por 20 dias a 12 estudantes, a medida repressiva na PUC é um reflexo das formas de opressão que todo movimento enfrenta ao se chocar com os poderes da sociedade de classe. A Universidade não deixa de ser um desses poderes. Por mais que conquistemos com luta liberdades democráticas, o sistema de opressão e repressão continua de pé. E se queremos preservar e avançar as conquistas das liberdades é necessário enfrentar toda forma de repressão e penalidade aos movimentos.

Nossa ocupação fez vir à luz do dia uma sindicância arbitrária e fraudulenta. De centenas de uma festa estudantil, alguns foram sindicados e parte deles sequer esteve presente no evento. Isso só tem um nome: fraude. A comissão de sindicância representa exclusivamente o poder burocrático da PUC. Estava armado um quadro de legalidade e de aparente neutralidade. A punição viria por meio da aprovação do Consun, como se fosse apenas um ato disciplinar, sem qualquer significado político e ideológico. Isso só tem um nome: perseguição

de mudar apenas a forma de eleger a direção não resolve o problema da burocratização, apenas atende a interesses de disputa aparelhista.

b) Por que atuar. Atuamos nas organizações gerais e em seus movimentos porque elas têm influência sobre os estudantes. Nosso objetivo, ao intervir, é travar a disputa política ao redor do programa revolucionário, único capaz de expressar as reivindicações e a luta estudantil. Uma entidade pode ser completamente esvaziada e sem influência entre os estudantes. Isso tem de ser bem avaliado, para evitar o divisionis-

política.

Mas esse trâmite não pôde e não pode mais acontecer em águas serenas porque ocupamos a Reitoria. Esse acontecimento obrigou a discussão da repressão e nossa denúncia de seu conteúdo político ganhou força coletiva. A Reitoria e mesmo setores opositores a ela organizaram um movimento antiocupação. Procuraram criar a imagem de uma minoria irresponsável e sem causa. Quiseram que os estudantes acreditassem que nossa atitude era desproporcional à penalidade e que nós é que atentávamos contra a democracia da PUC, confundida com o funcionamento burocrático-repressivo da instituição.

Os setores mais conservadores, que jamais poderiam e poderão empunhar as liberdades de movimento, de organização, de luta e de expressão na Universidade, gritaram por democracia, mas pela democracia das estruturas repressivas, pela democracia dos opressores. A assembleia da Apropec, que ocorria no mesmo dia da ocupação, aprovou por maioria a moção de fim da penalidade, colocando-se de acordo com nossa reivindicação. Bastou essa declaração para que a Reitoria e representantes da burocracia articulassem um movimento nascido das entranhas do poder para retroceder a posição da entidade sindical. Uma parcela de estudantes de direito e economia foi jogada contra a

mo ou a intervenção inútil.

9) Papel da cultura e eventos. A cultura e eventos são usados pelas correntes conciliadoras como instrumento para desviar os estudantes da luta política e da política revolucionária. A despolitização dos estudantes ajuda a preservar o controle das organizações gerais por direções burocráticas e manter estudantes afastados da luta do proletariado pela revolução social. Ao contrário, a corrente proletária procura utilizar a cultura e eventos como meios de politização e mobilização estudantil.

ocupação, chegando perto do conflito físico. O ato de professores contra a ocupação se colocou no campo da repressão.

Não houve nenhum pronunciamento de nossos opositores contra a arbitrariedade da sindicância e seu caráter repressivo. Os que condenaram o movimento de ocupação tomaram para si o punho da repressão. Jamais poderão expressar a justiça e a liberdade, apesar de falar em nome delas. Nosso movimento de 19 dias conseguiu suportar tamanha pressão obscurantista. Trouxe centenas de estudantes para o lado da democracia universitária. Sem a ampliação da luta não poderíamos rechaçar a campanha reacionária de apoio à punição.

Temos consciência que teremos de enfrentar ataques mais profundos à liberdade dos movimentos. Nossa resistência à punição é parte do fortalecimento da organização dos estudantes, professores e funcionários. Chamamos todos que defendem o fim das punições a engrandecer o pólo dos que lutam pela democracia universitária, como expressão da luta coletiva e das reivindicações contra a opressão da sociedade capitalista.

Viva a ocupação pelo fim da repressão!

Viva a ocupação pela democracia universitária!

Viva a ocupação contra toda forma de opressão!

## **Campanha salarial da categoria:**

A assembléia dos professores do dia 01/04, realizada no CEFET, discutiu a campanha salarial. A política dos governos Lúcio/Juraci, cortar gastos com a educação e impor um forte arrocho salarial, tende a pulverizar os salários da categoria e oferece fome e miséria para os trabalhadores em educação. Enquanto o governo Lula gasta mais de 140 bilhões com o pagamento da dívida pública os trabalhadores e a educação recebem migalhas. A última campanha salarial do estado e a greve dos professores municí-

pais de 2003 não conseguiram reverter a situação e arrancar conquistas econômicas.

A direção do sindicato convocou tardiamente a categoria para discutir campanha salarial. As perdas em anos sem reajuste salarial, ao que tudo indica chegam a mais de 45%. O índice de reajuste ainda será enviado à prefeitura para em seguida ser marcada audiência. A assembléia aprovou a luta pelo fim do sábado letivo, luta contra o corte dos vales transportes no estado, luta pela incorpo-

ração das ascensões e dos aditivos no município e luta para garantir a incorporação das ampliações no estado. A assembléia que foi conduzida a toque de caixa não aprovou a mobilização no dia da audiência marcada com o secretário Paulo Petrola.

É preciso construir um poderoso movimento na categoria para derrotar os governos e impor nossas reivindicações. Esse movimento deve se utilizar de passeatas, bloqueios de rua e exigir um piso salarial de R\$ 2400 para a categoria.

## **Eleições para Reitor da UECE: Nenhum apoio aos candidatos cambebistas, nada de lista tríplice! Boicote já! Em defesa da Assembléia Universitária e de um governo tripartite (estudante/servidor/professor)!**

As eleições para Reitor da UECE, a se realizarem dia 14/04, se constituem uma verdadeira farsa. Primeiro, pela imposição da lista tríplice, isto é, da escolha pelo governador, a partir de uma lista com os 3 candidatos mais votados, do novo reitor da UECE. Isto significa que a autonomia universitária é letra morta. Segundo, pela votação que, seguindo a LDB (lei 9.394/96), dá ao segmento dos

professores 70% do peso na votação, restando 15% aos alunos e 15% aos servidores. Terceiro, porque nenhum dos candidatos (Krishnamurti, Francisco Araripe e Jader Onofre) representam os reais interesses da universidade pública, dos trabalhadores, estudantes e comunidade universitária. Ao contrário, defendem taxas na universidade, cursos pagos (especializações, cursos sequenci-

ais etc) que são uma mina de ouro para alimentar a corrupção e os privilégios da burocracia universitária.

\* Nenhum apoio aos candidatos aliados do Cambeba!

\* Boicote às eleições! Nenhum voto para legalizar a farsa da escolha do Reitor!

\* Abaixo a lista tríplice! Autonomia universitária!

## **Nenhum apoio à votação paritária! Pelo voto universal já!**

O movimento estudantil da UECE (C.A.'s e DCE) e suas correntes políticas (PCR, PC do B, PT, PSTU) defendem a paridade contra a atual forma que dá todo poder aos docentes. Na paridade cada segmento teria o mesmo peso na votação (33,3%) ou 1/3. Entretanto, dar a cada segmento o mesmo peso nas votações não é defender uma decisão democrática, uma vez que os segmentos tem importância e interesses diferenciados dentro da universidade. Os estudantes são maioria e têm interesse em

que o ensino superior não esteja privatizado e sucateado, sem as pressões do corporativismo que atingem os professores e servidores. Os estudantes são o segmento que encarnam com mais propriedade os interesses dos trabalhadores e a luta contra a destruição do ensino público. Por isso é preciso defender o poder estudantil das instituições de ensino.

O voto universal em assembléia universitária que elege representantes para administrar a universidade é o verdadei-

ro caminho que garante a democracia nas decisões porque permite aos estudantes que são maioria na UECE se imporem e elegerem os representantes que estejam comprometidos com a defesa da universidade pública.

Que a universidade esteja sob administração de um governo tripartite (conselho formado por maioria estudantil e com representantes dos 3 segmentos) eleito por voto universal na Assembléia Universitária!

## **Por que a eleição da direção da Universidade deveria se dar na Assembléia Universitária e não pela votação em urna?**

Com a votação em urna, à maneira das eleições para prefeito, vereadores etc, isto é sufrágio universal, temos a escolha de quem administra-

rá a universidade desvinculada do debate das idéias que devem ser implementadas. A eleição em assembléia permite unir as propostas a

serem implantadas à escolha de quem as irá implantá-las. A assembléia é o instrumento democrático que se mobilizam.

# “Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. A partir deste número veremos alguns textos de Lênin. O primeiro é “O Estado e a Revolução”.



## I - conceito de Estado

1. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo *inconciliável* das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes *não podem* objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são *inconciliáveis*.

2. “O Estado, por conseguinte, não existiu sempre. Houve sociedades que passaram sem ele e que não tinham a menor noção de Estado nem de poder governamental. A um certo grau do desenvolvimento econômico, implicando necessariamente na divisão da sociedade em classes, o Estado tornou-se uma necessidade, em consequência dessa divisão. Presentemente, marchamos a passos largos para um tal desenvolvimento da produção, que a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade, como se torna mesmo um obstáculo à produção. As classes desaparecerão tão inelutavelmente como apareceram. Ao mesmo tempo que as classes desaparecerá inevitavelmente o Estado”. Engels, “A origem da família, do Estado e da propriedade privada”.

3. Para Marx, o Estado é um órgão de *dominação* de uma classe, um órgão de *submissão* de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão de classes.

4. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, *a seu serviço*, corpos de homens armados, como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados.

## 2 - o Estado Burguês

5. O poder centralizado do Estado, característico da sociedade burguesa, nasceu na época da queda do absolutismo. As duas instituições mais típicas dessa máquina governamental são a burocracia e o exército permanente.

6. É preciso notar, ainda, que Engels definiu o sufrágio universal de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal, diz ele, considerando, manifestamente, a longa experiência da social-democracia alemã,

é “o indício da maturidade da classe operária. Nunca mais pode dar e nunca dará nada no Estado atual”.

7. O meio de sair do parlamentarismo não é, certamente, anular as instituições representativas e a elegibilidade, mas sim transformar esses moinhos de palavras que são as assembleias representativas em assembleias capazes de “trabalhar” verdadeiramente(...) Não podemos fazer idéia de uma democracia, mesmo proletária, sem instituições representativas, mas podemos e *devemos* realizá-la sem parlamentarismo.

8. Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática.

## 3 - destruição do Estado

9. Todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é abatê-la, quebrá-la.

10. O fundo da doutrina de Marx sobre o Estado só foi assimilado pelos que compreenderam que a ditadura de *uma* classe é necessária, não só a toda sociedade dividida em classes, em geral, não só ao *proletariado* vitorioso sobre a burguesia, mas ainda em todo o *período histórico* que separa o capitalismo da “sociedade sem classes”, do comunismo.

11. O Estado é “uma força especial de repressão”. Disso resulta que essa “força especial de repressão” do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, dever ser substituída por uma “força especial de repressão” da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a “abolição do Estado como Estado”.

12. A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo “definhamento”.

13. Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os exploradores na luta contra a burguesia, a fim de a suplantar definitivamente.

**Nesta edição:**

- Argentina: 1976 – 24 de Março – 2004: a 28 anos do golpe genocida
- Bolívia: Nossa posição diante do terrorismo

# Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Argentina:

# 1976 – 24 de Março – 2004: a 28 anos do golpe genocida

A classe social responsável pelo genocídio segue no poder. Os que ordenaram e se beneficiaram com a ditadura são os que detêm o poder real no país. Devemos acabar com eles.

Aqueles que ordenaram o golpe genocida de 1976, o imperialismo ianque e o grande capital nacional, que maneja o país a sua vontade, que promoveram uma superconcentração na economia, que enriqueceram de forma escandalosa um punhado de grupos empresariais, são os mesmos que hoje detêm o poder real em nosso país.

Eles não foram tocados. São os que têm a nação presa pelo rabo, a sugam, e a levam a essa situação desesperadora, com milhões de desempregados, famintos, afundados na pobreza.

Não há como saldar as contas com o golpe fascista se não acabamos definitivamente com aqueles que o ordenaram e se beneficiaram. Se não acabamos com suas bases materiais, expropriando as terras, os bancos, as companhias das multinacionais. Videla, Massera, Agosti, Suarez Mason, Bignone, Viola, Camps, atuaram em nome dos interesses da burguesia e do imperialismo.

A Igreja Católica abençoou a ação genocida em nome da defesa da pátria, colocar em ordem o país, acabar com a violência e derrotar o inimigo subversivo.

Esse inimigo não era a guerrilha, que já havia sofrido derrotas militares consideráveis e estava debilitada. Em todo caso, não era o problema essencial já que sob a “democracia”, sob o governo de Isabelita, haviam conseguido en-

frentá-la amparando-se nas instruções do governo justicialista.

O problema fundamental para a burguesia era acabar com a crescente organização operária e juvenil, acabar com a organização nos bairros.

O objetivo do golpe devia ser desarticular as Coordenadoras operárias, impedir que a vanguarda combativa dos sindicatos varresse com a burocracia sindical, liquidar os corpos de delegados, as comissões internas, impedir que seguissem generalizando as assembleias de trabalhadores ou de estudantes, que debatiam seus problemas e decidiam o caminho da luta. Tudo isso era subversivo, havia que arrancá-lo pela raiz.

A enorme maioria dos desaparecidos e assassinados foram trabalhadores, foram operários, estudantes, que se organizaram para lutar por suas reivindicações e buscavam se politizar, buscavam uma perspectiva política para as suas lutas.

O golpe genocida devia acabar com o ascenso nas lutas dos trabalhadores que em 1975 impuseram conquistas históricas aos capitalistas quando se realizaram as paritárias. Quando os operários romperam os diques de contenção do peronismo e realizaram as greves gerais, talvez as mais massivas e combativas da história do movimento operário derrotando politicamente o

governo de Isabelita.

Os capitalistas queriam arrancar essas conquistas dos trabalhadores e para isso deviam golpeá-los, desorganizá-los, aterrorizá-los, durante um longo período. E não alcançaram com a ação dos paramilitares das Triplas A que deram numerosos golpes contra ativistas sindicais e militantes políticos.

Os capitalistas passaram à ação em fevereiro de 1976 com seus locautes patronais para confirmar aos militares sua decisão de dar o golpe ou ir até a medula contra as organizações populares.

Para derrotar as massas tinham de ilegalizar todas as suas organizações, sequestrar milhares de ativistas, de dirigentes, promover o exílio de dezenas de milhares. Para isso necessitavam apoderar-se de toda a maquinaria do Estado. Não suportavam o governo de Isabelita ou o que pudesse surgir das eleições.

Balbin, o líder do partido radical, foi muito claro com seu apoio ao golpe e as ações que deveriam ser tomadas para acabar com a organização e as lutas populares: “é preciso acabar com a guerrilha fabril”, foi sua definição. Junto ao Partido Justicialista, deposto, contribuíram com centenas de funcionários para a ditadura.

A burguesia nacional, uma classe verdadeiramente antinacional, somou-se integralmente ao golpe, com

suas câmaras empresariais e com seus partidos políticos. A conduta que tiveram os governos "democráticos" nestes vinte anos é consequente com a conduta que tiveram antes e durante a ditadura.

As formas ditatoriais selvagens e as formas democráticas são expressões da ditadura do capital. Não somos indiferentes diante de umas e outras, não são o mesmo para nós, mas não perdemos de vista a natureza de classe do Estado.

Por tudo isso é que insistimos que não é suficiente castigar os militares genocidas, os executores dos sequestros, matanças, desaparecimentos, torturas. Não é suficiente transformar campos de concentração em museus a quase 30 anos do crime.

O que corresponde é acabar com o regime político que gerou o golpe, e que hoje segue em pé.

A ditadura militar multiplicou a dívida externa que hoje nos fazem pagar com sangue. O FMI assumiu desde aquela época o controle das questões chave da economia.

É com eles que temos de ajustar contas, desconhecendo os acordos e deixando de pagar a dívida externa. O governo de Kirchner se embandeira com a luta democrática, mas não toca num fio de cabelo dos responsáveis diretos pelo massacre.

As multinacionais, os bancos internacionais, tomaram os ramos vitais da economia. Eles tampouco são tocados.

O golpe veio para liquidar conquis-

tas operárias. E esse governo que quer se pintar de popular reforça esses ataques. Seus interesses de classe o impedem de voltar atrás.

Por tudo isso que dicemos, rejeçamos toda pretensão desse governo de embadeirar-se com as reivindicações dos movimentos de direitos humanos.

Menos ainda considerando toda a sua política de ataque ao movimento piqueteiro, que representa 5 milhões de trabalhadores sem emprego.

Sob o capitalismo, os chamados direitos humanos não se limitam às liberdades democráticas, ou ao castigo aos repressores. Os direitos humanos incluem o direito ao trabalho, o direito ao salário que retribua de modo correspondente a força de trabalho, o direito à saúde, à moradia, à educação etc. Todos os direitos negados e irconciliáveis com os acordos com o FMI, com a permanência das privatizadas e a pátria financeira.

Esse governo que respeita todas as conquistas contra a nação e os trabalhadores nega os direitos humanos à grande maioria empobrecida. Ainda que se pretenda mostrar o contrário.

Então de que direitos humanos, de que justiça e memória nos falam?

### **Recuperar a memória**

A classe operária e os explorados em geral precisamos recuperar a me-

mória. Recuperar todas as conquistas perdidas, recuperar todos os sindicatos para os trabalhadores expulsando todos os burocratas traidores que adaptaram todos os estatutos e regulamentações para se perpetuarem à frente dos sindicatos negociando com os patrões e todos os governos.

Os trabalhadores necessitamos recuperar a saúde e a educação. E mais ainda necessitamos recuperar uma alimentação digna para nós e nossos filhos.

Sem ir mais longe, recordemos nossas condições de vida e de trabalho de apenas 20 anos atrás, tudo o que nos arrebataram.

Tudo isso significa que temos de enfrentar a burguesia e o imperialismo e seu governo, inevitavelmente. Não nos confundamos.

A nossos irmãos, companheiros, camaradas, que deram sua vida pela causa da revolução, nos vingaremos com a revolução proletária, extirpando pela raiz essa classe antinacional, entreguista, repressiva, narcotraficante, corrupta, covarde, que destruiu a nação e os trabalhadores. Não nos conformamos com museus, quadros arrancados e autocriticas militares. Não deixemos que nos enganem mais uma vez.

(extraído do Masa argentino no. 181, de março de 2004)

## **Bolívia:**

# **Nossa posição diante do terrorismo**

O marxismo-leninismo-trotskyismo, a doutrina do Partido Operário Revolucionário, não é eleitoralista nem democrata, isso porque busca consumir a revolução social, a destruição da grande propriedade privada burguesa dos meios de produção para substituí-la pela social. Estamos falando da substituição da burguesia pelo proletariado no Estado e de nenhuma maneira da cooperação entre ambos.

O anterior quer dizer que se utiliza a violência da classe operária (não a individual, que supõe a violência de pe-

quenos grupos selecionados) para derrubar a burguesia e para acabar com a grande propriedade privada, que será substituída pela social.

Desfazemos toda proposta que busque substituir a mudança violenta da burguesia pelo proletariado por composições entre ambas as classes no parlamento ou em qualquer outra instância.

Tomaremos o poder, como expressão política da classe operária, usando a violência, a luta armada desta classe.

A violência revolucionária não

deve ser confundida com a individual, com a praticada por grupos selecionados. Essa colocação não se modifica porque os que substituem a classe operária são um número importante ou porque as vítimas do terrorismo individual sejam em grande número.

Essa é nossa posição diante do volume impressionante de vítimas do terrorismo individual ou de outros anteriores.

(extraído do Masas boliviano no. 1894, de 19/03/2004)